

**Empreitada**

**8. Empreitada “INSERÇÃO DA REDE PEDONAL E CICLÁVEL NO CENTRO URBANO DE BRAGA - VARIANTE DA ENCOSTA, FRAIÃO” (REF. CPE.07.22. DMOSM) - 1.<sup>a</sup> modificação objetiva do contrato.**

Propõe-se a autorização, pelo Executivo Municipal, para a execução dos trabalhos complementares, no valor global de 34.129,07€ + IVA, e aprovação da prorrogação do prazo por 5 dias e da minuta do aditamento ao contrato, relativamente à empreitada acima identificada, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

**PROCESSO:** 2023/300.10.001/57

(associado ao Processo n.º 2021/300.10.001/229)

**Nº Informação:** 21515

**Data:** 14/03/2023

**Assunto:**

**Empreitada:** INSERÇÃO DA REDE PEDONAL E CICLÁVEL NO CENTRO URBANO DE BRAGA - VARIANTE DA ENCOSTA, FRAIÃO (REF. CPE.07.22.DMOSM)

**Empreiteiro:** JOSÉ MOREIRA FERNANDES & FILHOS, S.A.

**1.ª Modificação objetiva do contrato/Adicional n.º 1.** Trabalhos complementares. Justificação, fundamentação e aprovação. Aprovação da prorrogação do prazo.

Data da celebração do contrato: 13/10/2022.

Valor do contrato (sem IVA): 1.799.000,10€.

Prazo de execução contratual: 210 dias.

**Prorrogação do prazo de execução, 1.º Adicional (proposto): 5 dias.**

**Prazo de execução contratual final: 215 dias.**

Adiante, os fundamentos para a proposta de aprovação de execução de trabalhos complementares cuja espécie e quantidade não está prevista no contrato, sendo a sua realização absolutamente necessária para execução final. Âmbito: modificações objetivas qualificadas como prestações/trabalhos complementares resultando no **ADICIONAL n.º 1** ao presente contrato de empreitada.

**Em suma,**

1. Valor dos trabalhos complementares da responsabilidade do Dono da Obra: **34.129,07€ (s/ IVA)**;
2. Prorrogação do prazo de execução da obra: **5 dias**.

<b>ÂMBITO: MODIFICAÇÕES OBJETIVAS QUALIFICADAS COMO TRABALHOS COMPLEMENTARES (TC1 – anexo A1)</b> <b>De acordo com a alteração imposta pela Lei n.º 30/2021, de 21/05</b>		
<b>Código dos Contratos Públicos (CCP)</b>	- Artigo 370.º, n.ºs 1, 2 e 4 - Artigos 371.º/1, 373.º/1, 374.º - Artigo 378.º/1 Preço contratual, <b>PC = 34.129,07€</b>	<b>Valor considerado para os trabalhos descritos em anexo, sem IVA (€)</b>
Artigo 370.º/1; 378.º/1	Valor considerado para os trabalhos complementares, <b>Tc1</b> , da responsabilidade do dono da obra (anexo A1).	<b>Tc1 = 34.129,07€</b>
Artigo 370.º/1	<b>Valor total</b> considerado para os <b>trabalhos complementares</b> para autorização e aprovação.	<b>34.129,07€</b>
Artigo 374.º/1	<b>Prorrogação do prazo</b> de execução da empreitada	<b>5 dias</b>
Artigo 370.º/4	O valor dos trabalhos complementares, de forma acumulada ( $TC' = 0,00€$ ), <b><math>TC = Tc1 + TC'</math></b> , não excede 50% do preço contratual inicial, PC. Valor total = <b><math>TC (Tc1 + TC') = 34.129,07€</math></b> .	<b><math>TC = 34.129,07€</math></b>  <b><math>TC &lt; 50\% * PC</math></b> <b>(1,90%)</b>

**A - Justificação dos trabalhos complementares (Tc1, A1) da responsabilidade do dono da obra. Fundamentos de facto e de direito (CCP, alterado pela Lei n.º 30/2021, de 21/05).**

**1. Identificação dos trabalhos complementares.**

Após solicitação da Entidade Executante sobre o planeamento da entrega dos materiais da responsabilidade do Dono da Obra, cujo fornecimento está estabelecido no articulado contratual (conforme lista anexa), verificou-se/registou-se a impossibilidade dos mesmos. Ou seja, sem o fornecimento destes materiais e/ou equipamentos não será possível a concretização das atividades a eles associadas que as complementariam (tais como, o assentamento, a sua colocação e sua execução).

**2. De acordo com informação superior, que adiante se transcreve:**

*“...não foi incluído na empreitada o fornecimento dos materiais listados, dado que a empresa Alexandre Barbosa Borges SA tinha notificado o dono de obra no sentido de ser ressarcido desses materiais que tinha comprado especificamente para a obra do qual era adjudicatário e cujos restantes trabalhos foram entretantos suprimidos. Só posteriormente ao concurso é que a referida empresa veio informar que afinal os únicos materiais que a CMB tinha de adquirir eram as luminárias e as colunas”.*

Assim, acrescentando ainda,

*“...que não se tratou de um lapso, mas sim de uma tentativa do dono de obra de gastar os materiais que praticamente estava “obrigado” a adquirir à empresa Alexandre Barbosa Borges”, empresa adjudicatária reclamante da empreitada anterior.*

3. Consequentemente é apresentado uma quantidade adicional de materiais a fornecer e absolutamente necessária conforme inscrita no articulado em anexo - **(Tc1)**, sem os quais não seria possível concluir as atividades a eles associados ou que as complementariam. Estes trabalhos complementares cuja quantidade não está prevista no contrato têm por finalidade a possibilidade de satisfazer outras determinadas atividades previstas no caderno de encargos ou contrato e, portanto, absolutamente necessários para a sua execução ou conclusão, artigo 370.º/1.
4. Também não são tecnicamente separáveis do objeto do contrato, sem inconvenientes graves e aumento de custos, até pela necessidade de assegurar a permutabilidade e interoperabilidade com os equipamentos, atividades e instalações já implantadas em obra, já que provocaria um aumento considerável de custos **(como facilmente se atesta pela listagem dos trabalhos/prestações complementares, Tc1, em anexo)**, permitindo tirar proveito da mesma estrutura prevista para a execução das restantes atividades projetadas e que as complementam. Verificando-se, assim, o requisito da inseparabilidade, impede, pois, a mudança do cocontratante. Assim, o âmbito desta esta modificação objetiva ao contrato entende-se estar integrada no regime do n.º 1 e 2 do artigo 370.º do CCP, na última alteração imposta pela Lei n.º 30/2021, de 21/05, ou seja, qualificadas como prestações/trabalhos complementares.
5. Ou seja, na sequência destes trabalhos complementares cuja quantidade não estava prevista no contrato, resultou no articulado contido no anexo A1 (Tc1), totalizando o valor de **34.129,07€ (Tc1)**, fundamentados nos artigos 370.º/2/a/b, do CCP.
6. O preço destes trabalhos incluindo o de anteriores trabalhos complementares decorrentes de circunstâncias não previstas, no valor total de **34.129,07€**, não excedem 50% do preço contratual inicial (correspondendo a **1.90%, de forma acumulada**), cumprindo-se assim o limite estabelecido no artigo 370.º, n.º 4.

#### **B - Identificação dos trabalhos complementares - preço e prazo (artigos 373.º e 374.º/1):**

1. Resulta, assim, **um valor total de trabalhos complementares (Tc1), de 34.129,07€ s/IVA**, conforme articulado em anexo. Trabalhos complementares considerados essenciais à obra resultantes de circunstâncias não previstas, consubstanciando uma modificação objetiva ao contrato (Tc1, artigo 378.º/1), devidamente identificados, quantificados e respetivo valor – ver anexo, A1.
2. Para os trabalhos complementares aqui descritos foram aplicados os preços e prazos conforme estipulado nos artigos 373.º e 374.º. Ou seja, o prazo de execução da obra proposto prorrogar, nos termos estabelecidos no artigo 374.º do CCP, após compatibilização com o caminho crítico do plano de trabalhos contratual, resultará, assim, em mais **cinco dias** de calendário, após sua autorização e aprovação.

### **C – Autorização e aprovação:**

1. Caso os mesmos sejam autorizados e aprovados pelo dono da obra, ordenar-se-á o empreiteiro, por escrito, conforme previsto no artigo 371.º, n.º 1, do CCP, à execução dos trabalhos complementares aqui identificados, propondo-se então o seguinte,
2. Proceder de imediato **ao registo do cabimento prévio e respetivo compromisso** relativo ao encargo atrás referido, bem como, a **elaboração da minuta do contrato** para envio e aprovação do órgão competente (Câmara Municipal).
3. Definidos todos os termos e condições a que deve obedecer a execução dos trabalhos complementares, **proceder à respetiva formalização por escrito** ao abrigo do disposto no artigo 375.º do CCP, pelo que deverão ser outorgados atempadamente.
4. Proceder de imediato, **até cinco dias após a sua concretização**, à publicitação no portal dos contratos públicos, mantendo a publicidade **até seis meses após a extinção do contrato**, conforme estabelecido no artigo 315.º/1.
5. Sendo a publicitação referida condição de eficácia do presente ato modificativo para efeitos de quaisquer pagamentos, aguarda-se respetivo comprovativo.

**MINUTA / 1.ª MODIFICAÇÃO OBJETIVA****CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.07.22.DMOSM****“INSERÇÃO DA REDE PEDONAL E CICLÁVEL NO CENTRO URBANO  
DE BRAGA – VARIANTE DA ENCOSTA - FRAIÃO”**

ENTRE

**Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA**, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representada por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificada por «**Dono da Obra**»;

E

**Segunda: JOSÉ MOREIRA FERNANDES & FILHOS, S.A.**, com sede na Avenida João XXI, n.º 1965 H, freguesia de Vermoim, concelho de Vila Nova de Famalicão, 4770-754 Vermoim, pessoa coletiva n.º 502046376, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Montalegre sob o mesmo número, com o capital social de € 650.000,00, (seiscentos e cinquenta mil euros), aqui representada por **Maria do Sameiro da Cunha Fernandes**, na qualidade de administradora, com poderes para obrigar, conforme certidão permanente com o código de acesso:....., doravante identificada por «**Empreiteiro**».

**Considerando que:**

- a) Em 13 de outubro de 2022, pelos outorgantes, foi celebrado o Contrato de Empreitada n.º CPE.07.22.DMOSM, respeitante à execução da obra de **“INSERÇÃO DA REDE PEDONAL E CICLÁVEL NO CENTRO URBANO DE BRAGA – VARIANTE DA ENCOSTA – FRAIÃO”**, na sequência do procedimento por Concurso Público: CPE.07.22.DMOSM, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19º do *Código dos Contratos Públicos*, adjudicada por deliberação da Câmara Municipal, de 12 de setembro de 2022, pelo preço contratual de € 1.799.000,10 (um milhão, setecentos e noventa e nove mil euros e dez cêntimos), e com o prazo de execução de 210 dias de calendário, visado pelo Tribunal de Contas, em 02/02/2023 – Processo n.º 1877/2022;
- b) Relativamente à referida obra, por deliberação da Câmara Municipal, de....., foi autorizada e aprovada a execução de *trabalhos*

*complementares* e a *prorrogação do prazo de execução da empreitada*, bem como aprovada a *minuta* da presente modificação objetiva ao referido contrato, nos termos e condições constantes dos artigos seguintes;\_

- c) A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa resultante desta modificação ao contrato, a realizar no ano económico em curso, é a seguinte:....., de acordo com a informação de cabimento n.º..... e a informação de compromisso n.º....., ambas de.....

\_\_\_\_\_É celebrada a presente modificação objetiva ao contrato de empreitada, ao abrigo do disposto no artigo 375.º do *Código dos Contratos Públicos*, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam.\_\_\_\_\_

#### **Artigo 1.º**

\_\_\_\_\_Os *trabalhos complementares* aditados por este meio ao objeto do contrato de empreitada identificado no considerando a), nos termos dos artigos 370.º e 378.º, n.º 1, do *Código dos Contratos Públicos*, compreendem a execução dos trabalhos a que se refere a informação do gestor do contrato, de 14/03/2023 e mapa de quantidades anexo, e que dele fazem parte integrante para todos os efeitos legais e contratuais.\_\_\_\_\_

#### **Artigo 2.º**

\_\_\_\_\_Pela execução dos *trabalhos complementares* o empreiteiro será retribuído com o preço de **€ 34.129,07 (trinta e quatro mil, cento e vinte e nove euros e sete cêntimos)**, a que acresce o IVA, de acordo com a referida informação e mapa de quantidades, onde constam os preços unitários.\_\_\_\_\_

#### **Artigo 3.º**

\_\_\_\_\_1. Para garantia da celebração da presente modificação objetiva ao contrato, bem como do exato e pontual cumprimento dos trabalhos aditados por este meio, o empreiteiro prestou uma caução, no montante de € ..... (.....), mediante....., emitida pelo.....em....., correspondente a 5% do valor dos referidos trabalhos complementares, arquivada no respetivo processo.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Para reforço da caução prestada, proceder-se-á à retenção de 5% no pagamento a efetuar, nos termos do disposto no artigo 353.º do Código dos Contratos públicos.\_\_\_\_\_

#### **Artigo 4.º**

\_\_\_\_\_O prazo de execução da empreitada é prorrogado, por um período de **5 dias**, conforme consta da informação do gestor do contrato.\_\_\_\_\_

#### **Artigo 5.º**

\_\_\_\_\_Salvo o disposto em contrário na presente modificação ao contrato, tudo o mais se regerá pelo disposto no título contratual e pelos documentos que integram o âmbito da sua disciplina, mantendo-se inalterados os respetivos pressupostos.\_\_\_\_\_

**Artigo 6.º**

\_\_\_\_\_A presente modificação ao contrato de empreitada entra em vigor na data da sua assinatura, sem prejuízo da sua fiscalização concomitante pelo Tribunal de Contas, nos termos do disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 47.º, da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lida e achada conforme, vão eles assinar digitalmente a presente modificação ao contrato de empreitada, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura.\_\_\_\_\_

**Pelo Dono da Obra,**

\_\_\_\_\_  
(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

**Pelo Empreiteiro,**

\_\_\_\_\_